

1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS
AMBIENTE E USOS DO TERRITÓRIO

**Serra d'Arga: da Análise da Área à Apresentação
de Propostas de Intervenção¹**

Clara Sofia Pires Veiga Afonso

Licenciada em Geografia e Planeamento pela Universidade do Minho

1. Introdução

As áreas rurais, que em Portugal têm vivido à margem do sistema de desenvolvimento voltado para as questões urbana e industrial (Figueiredo, 1999), apresentam possibilidades de desenvolvimento partindo das suas próprias características.

É o caso da Serra d'Arga, onde a intervenção humana se tem efectuado de uma forma harmoniosa com o meio, mas que tem registado uma crescente, e de certa forma desordenada, procura como espaço de recreio e lazer, o que se tem traduzido numa pressão neste meio.

Partindo deste pressuposto, e pelo facto de se tratar de uma área particularmente mal estudada, pretendemos, a partir da análise da realidade concreta deste espaço, apresentar propostas de intervenção concretas, que permitam responder aos problemas aí existentes.

Assim, é nosso objectivo lançar algumas medidas que tenham como fim último a optimização da utilização do espaço, quer pela melhoria da qualidade de vida da população local, quer através da conservação e preservação da natureza.

2. Metodologia

Em termos metodológicos, começamos por adquirir documentação diversa acerca da área de estudo, bem como da temática tratada.

¹ Baseado no trabalho de seminário "Requalificação da Serra d'Arga – os recursos como elementos dinamizadores do espaço", realizado no âmbito da estrutura curricular da Licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho, sob orientação científica do Dr. António Bento Gonçalves, no ano lectivo de 1999/2000.

No intuito de integrar a população local no estudo, foram realizados inquéritos, já que não faria sentido lançar estratégias sem considerar a opinião da população local, principal afectada pela implantação de eventuais alterações nesta área.

Paralelamente com a realização dos inquéritos, foi também efectuado um reconhecimento da área, que se manifestou bastante esclarecedor da situação existente na Serra.

3. Localização da Serra d'Arga

A Serra d'Arga localiza-se no Noroeste de Portugal (figura 1), entre os rios Minho, a Norte, e Lima, a Sul, inserindo-se nas Serras Graníticas do Minho, que no seu conjunto apresentam a maior altitude média do país.

Em termos das NUTS, encontra-se no Norte (nível III), mais concretamente no distrito de Viana do Castelo, abrangendo maioritariamente os concelhos de Caminha (Norte) e Viana do Castelo (Sul), embora uma pequena área pertença já a Vila Nova de Cerveira (Nordeste) e Ponte de Lima (Este).

A área que seleccionamos para o nosso estudo insere-se no concelho de Caminha, abrangendo as freguesias de Arga de Baixo, Arga de Cima e Arga de S. João, que integram os núcleos de povoamento da Serra. Em termos naturais, corresponde às bacias hidrográficas dos ribeiros de S. João e de Arga. Trata-se, grosso modo, da vertente setentrional da Serra d'Arga.

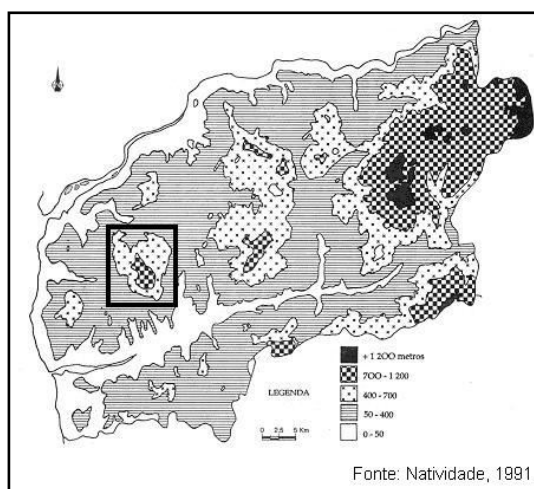


Figura 1. Enquadramento da Serra d'Arga no Noroeste de Portugal

4. Análise da área

4.1. Paisagem

A ocupação da Serra d'Arga, em termos históricos, remonta a um período anterior à conquista da Península Ibérica pelo Império Romano (Alves, 1985). Se atendermos à perspectiva de Arroyo (1994), que considera que o principal factor de

alteração da paisagem ao longo dos tempos tem sido o homem, acima de causas naturais, estamos em crer que, terá sido a partir de então que a paisagem se foi transformando, até atingir a configuração actual.

Não querendo menosprezar esta abordagem, e atendendo às condições particulares da Serra, serão em primeiro lugar os factores abióticos que condicionam grandemente a configuração da paisagem na Serra d'Arga. No entanto, há que considerar que é a interacção entre os elementos abióticos, bióticos e antrópicos, que leva a um resultado final que é a paisagem, resumo de todos os elementos, não como um somatório, mas de forma integrada e interdependente.

Na Serra d'Arga pode considerar-se que há uma relação evidente entre a morfologia e o substrato rochoso. São evidentes as diferenças morfológicas das áreas correspondentes ao granito, relativamente aos terrenos xistentos. As formas associadas ao xisto são bastante mais arredondadas. Em contrapartida, em presença de granitos, domina o caos de blocos.

As linhas de água, se por um lado apresentam algum grau de adaptação à estrutura, vão também ser bastante importantes no que diz respeito à erosão das vertentes, e por consequência ao seu aspecto geral. Um caso evidente de adaptação das linhas de água à estrutura é o ribeiro de S. João, provavelmente instalado numa falha.

A componente biótica, numa abordagem simplista, deve ter-se instalado de uma forma dependente em relação aos elementos anteriormente apresentados.

O sistema será tanto mais complexo quanto maior o número de variáveis em questão. A introdução de alterações em apenas um dos elementos pode provocar mudanças significativas na paisagem, mais ou menos visíveis de acordo com a magnitude da alteração introduzida.

Neste contexto, a paisagem sofreu graves alterações com a integração do Homem. São vários os elementos de ordem natural que condicionam as formas de ocupação antrópica da Serra. As condições climáticas adversas, um relevo acidentado e os fortes declives, poderão ter constituído um motivo de repulsão. No entanto, o Homem foi respondendo, adaptando-se ao meio.

Os povoamentos encontram-se, grosso modo, em áreas de menor declive. Respondendo a barreiras de ordem natural como as inúmeras linhas de água que atravessam a Serra, foram sendo construídas pontes que permitissem a ultrapassagem deste obstáculo. Os espaços agrários encontram-se adaptados ao declive, motivo pelo qual encontramos com alguma frequência socacos. A

necessidade de comunicação com a área envolvente, e dentro do perímetro da própria Serra, levou à abertura de vias de comunicação, quase sempre adaptadas à morfologia, pelo que seguem, frequentemente, as curvas de nível. Por outro lado, e ainda relativamente às vias de comunicação, há uma grande relação entre estas e a área dos aglomerados de povoamento, motivo pelo qual a maior densidade de estradas se encontra junto dos principais lugares.

É evidente que a fixação do homem na Serra d'Arga se foi processando de acordo com os condicionalismos naturais do meio, tendo sido progressivamente ultrapassados alguns obstáculos no processo de ocupação deste espaço. A paisagem actual é o reflexo dessa relação, constituindo por isso um livro aberto para o estudo deste espaço serrano. Para além da sua importância e riqueza em termos naturais, é igualmente inegável o seu valor histórico e cultural, uma vez que traduz em termos visuais os usos e costumes presentes. Trata-se, em suma, de uma paisagem com aspectos notáveis pelo seu valor intrínseco e representatividade, atendendo à sua especificidade.

4.2. Estrangulamentos

As áreas rurais apresentam hoje em dia problemas que levam à sua deterioração, e que geralmente se agravam em áreas montanhosas. No distrito de Viana do Castelo, as *freguesias de monte [...] encontram-se em processo de derrapagem demográfica, já que a emigração provocou o duplo fenómeno de envelhecimento e da expulsão das populações* (Domingues, 1991), registando-se o abandono e esvaziamento progressivo dos campos (Mattoso et al., 1997).

Também na Serra d'Arga existem estrangulamentos que de certa forma têm vindo a contribuir para a sua degradação.

Em primeiro lugar, é de referir o crescente despovoamento que se regista. Apesar da Serra d'Arga se encontrar longe do despovoamento total (quadro 1), tem vindo a perder população de uma forma mais ou menos generalizada.

A população apresenta-se bastante envelhecida, o que pode ser um forte entrave à dinamização da área.

Um outro problema prende-se com a própria degradação da casa típica da Serra. É ainda hoje possível encontrar

Quadro 1. Densidade demográficas nas freguesias da Serra d'Arga

Freguesia	Hab./Km ²
Arga de S. João	0,047
Arga de Baixo	0,061
Arga de Cima	0,118

Fonte: PDM de Caminha, Relatório Final, Setembro, 1993

alguns elementos importantes relacionados com a casa tradicional, no entanto, existem deficiências ao nível da manutenção destas estruturas. Paralelamente com o abandono e deficiente manutenção das casas, verificam-se alterações devido a aumentos, pelo que passa a haver uma mistura dos traços tradicionais com outros de maior actualidade.

Em termos económicos, é o sector primário que domina esmagadoramente os restantes, dado o peso que a agricultura e a actividade pastoril exercem nesta área. De assinalar ainda que a actividade agrícola se tem desenvolvido essencialmente para auto-consumo, baseando-se na organização familiar, o que constitui também um entrave para o desenvolvimento da área, já que não permite pensar neste tipo de produções para comercialização (Domingues, 1991).

Outro grave problema é a falta de qualificação da população, do nosso ponto de vista um dos principais problemas que se colocam ao desenvolvimento local. A maior parte dos indivíduos possuem níveis de escolarização muito baixos, notando-se também a inexistência de qualquer tipo de formação profissional na área. Temos a juntar a este aspecto o facto de existir apenas uma escola para as três freguesias que compõe a área povoada da Serra d'Arga.

Por último, importa referir as carências que se sentem ao nível de algumas infra-estruturas. Existem problemas quanto às acessibilidades, ausência de transportes colectivos de forma regular, ausência de um posto de correios e postos de telefone públicos.

4.3. Potencialidades

A Serra d'Arga é um local calmo, capaz de proporcionar inúmeras actividades associadas aos elementos existentes, devendo ser então considerados os recursos que lhe estão associados, quer em termos naturais (recursos geológicos, recursos hídricos, recursos agrícolas e recursos florestais), bem como a nível cultural, já que o património cultural constitui também um atractivo. O potencial em recursos humanos deve ser igualmente considerado.

Dos recursos que podem constituir um potencial de dinamização da Serra d'Arga, gostaríamos de apresentar primeiramente os recursos geológicos. Atendendo às considerações de Gomes (1995), *os trabalhos de interpretação estrutural e paragenética da unidade, campo filoniano, levados a cabo nos últimos anos, sugeriram perspectivas de revalorização dos índices mineiros ou prospectivos*. No entanto, caso

não ocorra um aproveitamento dos recursos geológicos ao nível da sua exploração. Será sempre possível um aproveitamento através da introdução do conceito de património geológico, reconhecido o seu valor científico, cultural e educativo.

Os recursos hídricos assumem também nesta área alguma importância. Paralelamente com os seus usos tradicionais (agricultura e usos domésticos), deve considerar-se a sua crescente procura para fins de recreio e de lazer. A este nível serão de destacar as inúmeras quedas de água, bem como as poças naturais, passíveis de uso para estes fins.

A actividade agrícola, é a que domina na Serra d'Arga, mas que actualmente apresenta graves fragilidades relacionadas sobretudo com a permanência de técnicas tradicionais de cultivo, com o envelhecimento da população do sector, com a baixa produtividade, a falta de circuitos de comercialização das produções e deficiências ao nível da formação. Por estes motivos, assiste-se à decadência do sector, pelo que não permite considerar a possibilidade de aproveitamento dos recursos agrícolas na dinamização da Serra, sem que se registem alterações ao nível do modo como esta actividade se processa actualmente.

A decadência do sector agrícola na Serra tem levado ao abandono de alguns socalcos criados para um melhor aproveitamento do espaço para a agricultura, dados os elevados declives, o que, por sua vez, se tem traduzido numa crescente degradação da paisagem típica da Serra d'Arga. Por conseguinte, a reconversão destes espaços para uso florestal parece uma boa alternativa às práticas agrícolas tradicionais. Além disso, a Serra d'Arga insere-se no distrito de Viana do Castelo, onde a área de baldios ocupa uma maior extensão, com um terço da sua superfície (Silva e Devy-vareta, 1992). Os baldios constituem um ponto importante no que diz respeito à recuperação das áreas montanhosas, sendo *uma das componentes essenciais do desenvolvimento das áreas serranas* (Silva e Devy-vareta, 1992).

Quanto aos recursos humanos, não parece que estejamos perante uma situação muito vantajosa, dado o envelhecimento da população e as carências ao nível da formação, ao que se junta o despovoamento que se tem vindo a acentuar. A emigração, tendo sido em tempos encarada como um aspecto negativo, pode agora trazer benefícios pelo regresso dos indivíduos à Serra, já que muitas vezes continuam a praticar actividades agrícolas, embora a tempo parcial, ou apenas para auto-consumo, o que por si só já é bastante positivo para a manutenção da paisagem rural, impedindo o abandono dos campos, e travando de certa forma o despovoamento.

É também importante considerar o património cultural no que diz respeito às potencialidades da Serra d'Arga.

5. A população local²

Numa tentativa de clarificar a posição da população local perante a concretização de medidas que visem de certa forma requalificar a Serra d'Arga, foi elaborado um inquérito realizado entre os meses de Março e Abril de 2000. As questões colocadas prendem-se com os aspectos que pretendemos aferir. Pelo carácter mais ou menos aberto em que os inquéritos foram realizados, tomamos ainda conhecimento de muitos aspectos que não foram directamente questionados.

Os inquéritos foram lançados a uma amostra (10%) que consideramos representativa da população total. Concluímos, em termos gerais, que a população local está ciente dos problemas que se registam nesta área, e que sente a necessidade de algum tipo de intervenção.

A esmagadora maioria (94% dos inquiridos) considera que seria importante a implementação de actividades recreativas, sendo apontado fundamentalmente o pedestrianismo. Os motivos para a defesa da implantação deste tipo de actividades são o combate ao isolamento (22%), a sua importância para o desenvolvimento local (19%) e a possibilidade de uma maior eficácia na manutenção dos trilhos existentes (16%).

A criação de novas oportunidades de emprego para os mais jovens, aproveitando os recursos que a Serra proporciona, é aceite pela generalidade dos inquiridos, com excepção de um indivíduo.

Curioso é o facto de todos os inquiridos responderem afirmativamente quanto à divulgação da Serra, a fim de que esta se torne mais conhecida e melhor estudada.

Apesar do indubitável desejo de intervenção que vise o desenvolvimento da Serra (apenas 3% dos indivíduos inquiridos manifestaram indiferença quando questionados acerca deste aspecto), o problema coloca-se na hora de escolher as estratégias a seguir, dada a heterogeneidade no que diz respeito às respostas a este nível. Entre os aspectos apontados temos a criação de um parque de campismo rural ou outro local de pernoita na Serra (22%), a protecção dos recursos naturais (19%) e da paisagem da Serra d'Arga (15%) e a criação de um local para a degustação dos

² Apresentamos aqui algumas conclusões do inquérito que lançamos, apesar de no relatório que deu origem a este trabalho ter sido elaborada uma análise exaustiva.

pratos típicos (10%), sendo também apontado o turismo rural (7%), a criação de condições para a prática de desportos na natureza (5%) e a reflorestação da Serra (5%). No entanto, 14% dos inquiridos não apontaram nenhum aspecto em particular, considerando que todos os referidos anteriormente são importantes.

6. Propostas de intervenção

Perante o cenário da Serra d'Arga, considerando as suas características biofísicas e antrópicas, potenciando os pontos fortes, mas sobretudo numa tentativa de responder aos estrangulamentos que se registam, pretendemos neste ponto apresentar propostas de intervenção que visem de certa forma levar a uma reconversão da situação que actualmente se regista.

Poderiam ser apontadas diversas formas de intervenção, mas pareceu pertinente, no âmbito deste trabalho, delinear apenas algumas propostas estratégicas, que impliquem automaticamente a dinamização de outros aspectos.

Na hora de apresentar propostas de intervenção para a nossa área de estudo, importa não esquecer que a sua concretização depende da gestão autárquica e dos potenciais investidores, embora não deva menosprezar-se o papel da população local, já que será a principal afectada, pela positiva ou não, de qualquer alteração introduzida.

6.1. Turismo em espaço rural

A primeira proposta vai no sentido da dinamização da Serra d'Arga através do turismo em espaço rural. Se reflectirmos no caso da Serra d'Arga na actualidade, não se pode falar em turismo, uma vez que isso implicaria a pernoita no local, o que não acontece pela inexistência de infra-estruturas que o permitam.

A Serra tem um potencial que poderá ser aproveitado no sentido de apresentar actividades turísticas alternativas às que a região do Alto Minho se habituou a oferecer, como vários tipos de ofertas que se encontram associadas às montanhas (Domingues, 1991). É o caso de um grande número de novas modalidades de oferta turística relacionadas com a natureza e os espaços rurais em geral, como são o turismo rural, turismo de montanha, turismo cultural, turismo religioso, turismo de natureza e o turismo ligado aos desportos de aventura.

Tendo em consideração a situação da Serra d'Arga, uma grande afluência de turistas também não seria positiva, pois poderia levar à degradação da Serra, dados os impactes ambientais que acarreta a actividade turística em áreas mais sensíveis e com uma reduzida capacidade de carga.

Na nossa perspectiva, serão o turismo rural, o agro-turismo e o turismo de aldeia as hipóteses que melhor se adaptam a esta realidade (figura 2), já que permitiriam não só uma maior dinamização deste espaço em termos económicos e socioculturais, mas também a recuperação de algumas casas tradicionais, actualmente em elevado estado de degradação.

Assim, o turismo na Serra d'Arga poderia eventualmente passar por estas hipóteses, não excluindo a possibilidade de criação de um parque de campismo rural, cujos investimentos não seriam tão avultados, mas em contrapartida com impactes ambientais superiores.

Turismo rural - casas rústicas particulares, utilizadas como habitação do proprietário e integradas na arquitectura local.

Agro-turismo - permite o acompanhamento em actividades agrícolas ou outros trabalhos que aí se desenvolvam.

Turismo de aldeia - empreendimento de no mínimo cinco casas, que podem não ser habitadas pelo proprietário.

Fonte: www.dgdrural.pt

Figura 2. Turismo Rural, agro-turismo e turismo de aldeia

6.2. Actividades recreativas

Paralelamente podem também ser implementadas actividades recreativas que podem ir desde práticas desportivas até actividades culturais ou educação informal, por exemplo, ao nível do meio físico e cultural. São actividades que surgem fundamentalmente da crescente necessidade de encontro com a natureza. É neste contexto que se tem assistido a um acréscimo dos desportos radicais em Portugal, pela *cumplicidade entre o natural e o social que proporcionam* (Cunha e Cravidão, 1993).

Do ponto de vista recreativo, a Serra d'Arga apresenta-se, na nossa opinião, como um palco excelente para o desenvolvimento e prática de inúmeras actividades de ar livre (figura 3).

A este nível, podem ser desenvolvidas actividades relacionadas com a água, pela densidade da cobertura hidrográfica, abundância de poças naturais e quedas de água.

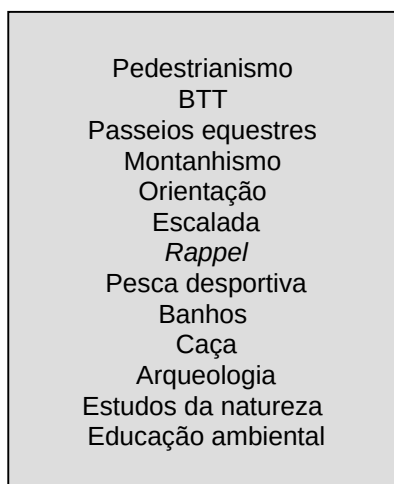


Figura 3. Exemplo de algumas actividades recreativas que podem ser desenvolvidas na Serra d'Arga

Existem também potencialidades ao nível dos passeios e circuitos, o que permitiria a manutenção de alguns trilhos que actualmente não se encontram em muito boas condições.

Poderiam, por último, ser desenvolvidas actividades da carácter cultural, relacionadas com o modo de vida e tradições locais, como por exemplo acções ao nível do artesanato ou património edificado.

A implementação deste tipo de actividades pode ser bastante proveitosa para a dinamização da Serra d'Arga, bem como para a promoção de outras áreas igualmente deprimidas, contribuindo de certa forma para o seu desenvolvimento. Uma vez que não requerem investimentos tão avultados como no caso do turismo em espaço rural, são acções que poderiam ser implantadas a curto/médio prazo.

6.3. Classificação como área de paisagem protegida

Como terceira proposta apresentamos a possibilidade de uma eventual classificação da Serra d'Arga como área de paisagem protegida, decorrendo das preocupações com a natureza e os recursos naturais, explícitas na própria Constituição da República Portuguesa (alínea e), do art. 9º e art. 66º, Constituição da República Portuguesa).

É a Lei n.º 11/87 (Lei de Bases do Ambiente), de 7 de Abril, que define a política em termos de ambiente, cumprindo com o disposto nos artigos 9º e 66º da Constituição da República Portuguesa (art. 1º, Lei nº 11/87, de 7 de Abril). A implementação de uma rede nacional de áreas protegidas deverá ser levada a cabo mediante os *valores estéticos, raridade, importância científica, cultural e social, ou da sua contribuição para o equilíbrio biológico e estabilidade ecológica das paisagens*, sendo estas de âmbito nacional, regional ou local. A iniciativa de classificação e conservação compete à administração central, regional, local, ou ainda a um particular, sendo a regulamentação da gestão da competência da administração central, regional ou local (art. 29º, Lei n.º 11/87, de 7 de Abril).

Segundo o Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, que define o regime jurídico da Rede Nacional de Áreas Protegidas, entende-se como paisagem protegida *uma área com paisagens naturais, seminaturais humanizadas, de interesse regional ou local, resultante da interacção harmoniosa do homem e da Natureza que evidencia grande valor estético ou natural*, e cuja classificação possibilite a adopção de medidas regionais e locais que gerem a manutenção de paisagens seminaturais e da diversidade ecológica (art. 9º, Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro).

Atendendo às condições particulares da Serra d'Arga, em que se regista ainda uma harmonia na relação que se foi estabelecendo entre o homem e o meio, e que se traduz, em termos visuais, na paisagem, pensamos que poderia ser estudada a possibilidade da classificação da Serra d'Arga como área de paisagem protegida, já que permitiria a preservação e conservação dos valores da Serra d'Arga, bem como a introdução de melhorias no que diz respeito ao ordenamento do território.

Considerações finais

A Serra d'Arga surge-nos ainda como um espaço onde a intervenção humana se tem efectuado de forma harmoniosa com o meio, e que apesar das intervenções do Homem, não regista ainda um desrespeito considerável pelos valores naturais, já que a população local aproveita os recursos existentes de uma forma congruente e sem gerar grandes problemas. No entanto, não está alheia à crescente procura dos espaços rurais como áreas de turismo, recreio e lazer. Vários elementos constituem o atractivo.

A utilização deste espaço pode, no entanto, ser optimizada através da introdução de propostas que visem o seu desenvolvimento, das quais apontamos o turismo em espaço rural, a implementação de actividades recreativas e o estudo da possibilidade de classificação da Serra d'Arga como área de paisagem protegida.

Como motivo para a optimização deste espaço, se por um lado temos a potencialização dos recursos endógenos, será igualmente importante considerar a melhoria da qualidade de vida da população, bem como a conservação dos valores naturais.

Podemos em suma concluir que se trata com um espaço com potencialidades que devem ser estudadas a fim de procurar o desenvolvimento local sustentável.

Referências bibliográficas

- Abreu, M. C. (coord.); Alves, A. A. M.; Espernica, A.; Caldas, E. C.; Cary, F. C.; Teles, G. R.; Araújo, I. A.; Magalhães, M. R. (1994) - *Paisagem*, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa, ed. de 1997, 141 p.
- Alves, L. (coord.); Cepa, A. G.; Correia, T. A.; Sampaio, F.; Azevedo, J. (1985) - *Caminha e o seu Concelho (Monografia)*, Edição da Câmara Municipal de Caminha, pp. 235-292.
- Arroyo, B. (1994) - Dos autores para una obra: Hombre y naturaleza han disenado el paisaje a lo largo de los siglos: Dos autores para una obra, *Revista MOPT*, Nº 416, p. 24-31.
- Câmara Municipal de Caminha (1993) - *Plano Director Municipal de Caminha*, Relatório Final, 76 pp.
- Coutinho, A. (1997) - *Mosaicos da Serra d'Arga*, Edição da Paróquia de N.^a Senhora de Fátima, Viana do Castelo, 271 p.
- Cunha, L. e Cravidão, F. D. (1993b) - Notas para uma Geografia dos desportos radicais em Portugal, *Inforgéo*, Nº 6, Associação Portuguesa de Geógrafos, pp. 425-437.
- Domingues, A. (1991) - Caracterização geo-económica do Alto-Minho, *1^{as} Jornadas para o desenvolvimento do Alto Minho*, Vol. II, Fevereiro de 1991, Edição do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e Assembleia Distrital de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 1992, pp. 585-601.
- Figueiredo, E. (1999) - As cidades e as Serras... Visões Rurais e Urbanas Sobre o Ambiente Rural, *Actas da 6^a Conferência Nacional Sobre a Qualidade do Ambiente*, 20 a 22 de Outubro, Lisboa, pp. 729-742.
- Gomes, C. L. (1995) - Discriminação do espectro de recursos base associados à evolução granítica residual no campo filoniano de Arga - Minho - N de Portugal, *Estudos Notas e Trabalhos*, Tomo 37, I.G.M., pp. 59-86.
- Mattoso, J.; Daveau, S.; Belo, D. (1997) - *Portugal - O Sabor da Terra, MINHO*, Círculo de Leitores, Pavilhão de Portugal/Expo'98 e Autores, s.l, 127p.

Natividade, D. (1991) – Abordagem aos aspectos físicos-naturais do Alto Minho, *1^{as} Jornadas para o desenvolvimento do Alto Minho*, Vol. II, Fevereiro de 1991, Edição do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e Assembleia Distrital de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 1992, pp. 263-278.

Partidário, M. R. (1999) - *Introdução ao Ordenamento do Território*, Universidade Aberta, Lisboa, 210 pp.

Silva, R. F. e Devy-vareta, N. (1992) - Serras minhotas. Alguns exemplos de espaços rurais, *Livro Guia de Visitas de Estudo do VI Colóquio Ibérico de Geografia*, FLUP, Porto, pp. 18-25.

www.dgdrural.pt

Diplomas legais

Constituição da República Portuguesa, versão de 1997.

Lei n.º 11/87, de 7 de Abril (Lei da Bases do Ambiente).

Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro (Estabelece o regime jurídico das Áreas Protegidas).